

O termo **medicalização** refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo. Um exemplo gritante de como se medicalizam as grandes questões sociais constitui o próprio processo saúde-doença, que vem sendo transformado em um problema médico, referente a cada indivíduo em particular.

1 Professora Doutora no Depto. de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp.

2 Professora Doutora no Depto. de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

Esse processo de medicalização ocorre em escala crescente nas sociedades ocidentais e, na maior parte das vezes, representa a pura **biologização** de conflitos sociais. Como elemento final comum recorre-se ao **reducionismo biológico**, segundo o qual a situação de vida e o destino de indivíduos e grupos poderiam ser explicados por - e reduzidos a - características individuais. Por essa visão de mundo, as circunstâncias sociais, políticas, econômicas, históricas teriam mínima influência sobre a vida das pessoas; daí decorre que o indivíduo seria o maior responsável por seu destino, por sua condição de vida, por sua inserção na sociedade. O sistema sociopolítico é praticamente desresponsabilizado, em uma concepção funcionalista bastante bem-elaborada e eficiente. Eficiente a ponto de terminar pela **culpabilização da vítima**, segundo RYAN (1976), e de conseguir que a própria vítima se considere culpada!

A biologização da sociedade só consegue se difundir tão rapidamente, e ser tão facilmente aceita, por trazerem si a mesma ideologia que permeia todo o sistema de preconceitos que opera na vida cotidiana de cada homem. Então, é incorporada a esse sistema com grande facilidade, sem conflitos ideológicos - ao contrário, resistir a ela gera conflitos -, e infiltra-se no "bom-senso", no "senso comum", termos usualmente empregados para nomear/escamotear esse sistema de preconceitos no qual opera o pensamento do homem em sua vida de todo dia.

A Educação, assim como todas as áreas sociais, vem sendo medicalizada em grande velocidade, destacando-se o fracasso escolar e seu reverso, a aprendizagem, como objetos essenciais desse processo. A aprendizagem e a não-aprendizagem sempre são relatadas como algo individual, inerente ao aluno, um elemento meio mágico, ao qual o professor não tem acesso - portanto, também não tem responsabilidade. Ante índices de 50, 70% de fracasso entre os alunos matriculados na 1ª série da Rede Pública de Ensino brasileira, o diagnóstico é centrado no aluno, chegando no máximo até sua família; a instituição escolar, a política educacional raramente são questionadas no cotidiano da Escola. Aparentemente, o processo ensino-aprendizagem iria muito bem, não fossem os problemas existentes **nos que aprendem**.

Até alguns anos atrás, a biologização da Educação era feita basicamente pela ciência médica, concretizada pelos profissionais médicos, atuando tanto na Rede Pública de Saúde, como em consultórios particulares e, principalmente, nas faculdades. Dessa circunstância advém o termo **medicalização** para nomear essa prática. Entretanto, mais recentemente, com a criação/ampliação de campos do conhecimento, novas áreas, com seus respectivos profissionais, estão envolvidas nesse processo. São psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, psicopedagogos que se vêm aliar aos médicos em sua prática biologizante. Daí a substituição do termo **medicalização** por um outro mais abrangente - **patologização** -, uma vez que o fenômeno tem-se ampliado, fugindo dos limites da prática médica.

De que maneira ocorre a patologização do fracasso escolar? Basicamente sob duas vertentes(3):

- O fracasso escolar seria uma conseqüência da desnutrição; obviamente, essa apresentação só ocorre para as crianças da classe trabalhadora.
- O fracasso escolar seria o resultado da existência de disfunções neurológicas, incluindo-se aqui a hiperatividade, a disfunção cerebral mínima, os distúrbios de aprendizagem, a dislexia; inicialmente essa forma restringia-se às crianças das classes média e alta, porém, atualmente, está disseminada inclusive entre a classe trabalhadora, criando uma situação no mínimo esdrúxula - uma mesma criança ser rotulada de deficiente mental por desnutrição e de disléxica.

A relação entre desnutrição e fracasso escolar já foi objeto de muitos trabalhos científicos. Sinteticamente, podem-se recolocar os pontos fundamentais para esta discussão. A controvérsia sobre a influência da desnutrição no desenvolvimento cognitivo refere-se à desnutrição grave, de terceiro grau, que ocorra por um longo período no início da vida, quando o sistema nervoso central está-se desenvolvendo. É consenso entre os autores que se dedicam a estudar o assunto, adotando os preceitos mínimos do método científico, que formas mais leves de desnutrição não têm qualquer repercussão sobre o sistema nervoso central, mesmo em termos de anatomia. Essa controvérsia ocorre pela impossibilidade metodológica de se isolar a desnutrição de seus determinantes sociais e econômicos, aliada ao fato de que tais determinantes são os mesmos que devem ser considerados quando se fala em desenvolvimento cognitivo. Admite-se, hoje, que a desnutrição grave, no início da vida e de longa duração, pode interferir no desenvolvimento das funções intelectuais superiores mais complexas do ser humano, principalmente o raciocínio abstrato superior. Estas funções, as mais complexas e sofisticadas do homem, sem dúvida, nem ao menos estão desenvolvidas aos sete anos de vida; portanto, não podem constituir substrato necessário para a alfabetização. A afirmação de que a desnutrição é uma causa importante do fracasso escolar incorre em dois vieses metodológicos:

- As crianças matriculadas na Rede Pública de Ensino são portadoras de desnutrição leve, de primeiro grau, portanto sem alterações no cérebro.
- Está-se falando em alfabetização, processo de aprendizagem que obviamente necessita de funções intelectuais superiores, porém não as mais complexas; ante o potencial cognitivo do ser humano, pode-se mesmo considerar que o processo de alfabetização é relativamente simples para o homem.

Entretanto, é importante enfatizar que, diferentemente do que se afirma muitas vezes na Universidade, a desnutrição ainda persiste como uma das principais causas do fracasso escolar no discurso e nas ações dos professores.

<sup>3</sup> Discutirem profundidade cada uma destas duas formas de apresentação de um mesmo processo ideológico foge aos objetivos deste texto e, para tanto, remetemos a outros trabalhos de nossa autoria, já publicados e listados na bibliografia apresentada ao final deste texto.

Em pesquisa recente, desenvolvida por nós na Rede Municipal de Ensino de Campinas, entrevistando diretores e professores sobre quais seriam as causas do fracasso escolar, encontram-se algumas falas que ilustram nossas afirmações anteriores.

Com a palavra, professores e diretores:

"Fisicamente a *Eliana* é magérrima (...) tem cabelo ralo, tem *manchas nos* braços e pernas (...) o pior é que a mãe tem uma aparência ótima. É a *subnutrição*. A *Daniela* também é subnutrida, é *magrinha, muito enjoada, nunca come a merenda (...)* Mas a *subnutrição na Carla* é *mais gritante. Com subnutrição não dá mesmo para aprender (...)*"

"A Juliana é o *seguinte: a mãe é separada do pai, a mãe tem paralisia, eles passam fome, são desnutridos mesmo. Não conseguem por isso aprender. Não sei o que seria aconselhável, médico ou psicólogo?*"

"(...) *Causas do não-aprender? Bem.., é a alimentação... problemas em casa... A gente vê logo que é desnutrida. Se ela é mal-alimentada, a cabecinha não pode mesmo funcionar. No geral é o organismo todo que está comprometido, tem problema neurológico por causa da desnutrição (...)*"

A incorporação da crença de que a desnutrição é responsável pelo fracasso escolar ao sistema de preconceitos pode ser evidenciada no fato de que, como resultado de *reciclagens, cursos* de extensão, o discurso das professoras se modifica, se moderniza; a patologização passa a ocorrer sob novas formas, de acordo com as circunstâncias, com a "moda". Porém, quando se permite que esse novo discurso se estenda, quando se pergunta um pouco mais, *aparece o mesmo velho discurso*:

"(...) *ela não consegue mesmo aprender é pré-silábica (...)* *ela é imatura, desnutrida (...)*".

Os mitos, as crenças *resistem inabalavelmente* ao confronto com a realidade. No máximo, transmutam-se em *aparentes novos* mitos, novas crenças, para permanecerem exatamente iguais.

A outra maneira de se patologizar a não-aprendizagem consiste nas disfunções neurológicas, sendo os distúrbios de aprendizagem sua forma de *expressão mais* em

<sup>1</sup>Nenhuma destas crianças era desnutrida ao exame clínico.

moda atualmente. Sobre este assunto, podemos afirmar que até hoje, cem anos depois de terem sido aventados pela primeira vez por um oftalmologista inglês, não se provou sua existência. É uma longa trajetória de mitos, estórias criadas, fatos reais que são perdidos/omitidos... Trata-se de uma pretensa doença neurológica jamais comprovada; inexitem critérios diagnósticos claros e precisos como exige a própria ciência neurológica; o conceito é vago demais, abrangente demais...

**Como diferenciar uma criança disléxica de uma mal-alfabetizada?** Esse é um dos pontos centrais da discussão. Para esse grupo de pretensas patologias, a única coisa precisa é a necessidade de longos e caros tratamentos em clínicas de distúrbios de aprendizagem. A proliferação dessas clínicas é um ótimo indicador da freqüência crescente com que esse "diagnóstico" tem sido feito. A patologização da aprendizagem constitui um processo em expansão, que se dissemina rapidamente, com grande aceitação geral. Os pais das crianças reagem a seus resultados como se a uma fatalidade. Para os professores, representa um desviador de responsabilidades - "Eu faço o que posso, mas eles não aprendem:". A instituição escolar, parte integrante do sistema sociopolítico, legitima suas ações e suas não-ações, pois o problema decorreria de doenças que impedem a criança de aprender.

A difusão acrílica e crescente de "patologias" que provocariam o fracasso escolar- de modo geral, "patologias" maldefinidas, com critérios diagnósticos vagos e imprecisos tem levado, de um lado, à rotulação de crianças absolutamente normais e, de outro, a uma desvalorização crescente do professor, cada vez menos apto a lidar com tantas "patologias" e "distúrbios". A criança estigmatizada incorpora os rótulos, introjeta a doença. Passa a ser psicologicamente uma criança doente, com conseqüências previsíveis sobre sua autoestima, sobre seu autoconceito e, aí sim, sobre sua aprendizagem. Na prática, ela confirma o diagnóstico/rótulo estabelecidos

Uma outra agravante decorre do fato de que parece que a única preocupação consiste em encontrar "diagnósticos" que expliquem, justifiquem o não-aprender. Não se trata de buscar um diagnóstico real para uma ação efetiva, no sentido de minimizá-lo, ou mesmo anulá-lo. Uma vez feito o "diagnóstico", cessam as preocupações e angústias... Uma professora de 1ª série em uma Escola em Campinas encaminhou dez crianças (de uma classe com 31 alunos) para serem avaliadas por profissionais do Serviço de Saúde Mental; dessas, três foram triadas para um tratamento com a psicopedagoga do serviço, porém ficaram aguardando vagas. A partir daí, a professora, mais tranqüila, só se refere a esses alunos como os DMs (Deficientes Mentais):

"Os três com *DM* estão esperando a vaga, mas não sei *quando (...) continuam comigo*, mas não fazem *nada (...)*".

5 Para uma discussão mais adequada do assunto, indicamos o trabalho "A História Não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem", Cadernos Cedes, 28.

E quando indagada se não gostaria que alguém esclarecesse o que estaria acontecendo com eles e se não achava que, no caso, a psicóloga deveria dar-lhe algum tipo de orientação, respondeu:

(...) eu não sei... elas são muito ocupadas lá também, elas têm crianças lá que não dão conta de atender, então ela já fez o teste e já foi aprovado e ela disse que agora tem que esperar a vaga na Saúde Mental, só isso... ".

Infelizmente, deve-se ressaltar que este não é um episódio isolado. É muito comum profissionais tanto da Educação como da Saúde quase que se contentarem com um "diagnóstico". A busca por tratamento eficaz, por soluções efetivas, bem, isso já é uma outra história...

Do outro lado da moeda, os professores, que deveriam ser também os responsáveis por analisar e resolver problemas educacionais, assumem uma postura acrítica e permeável a tudo; transformam-se em mediadores, apenas triando e encaminhando as crianças para os especialistas da Saúde. Essa prática acalma a angústia dos professores, não só por transferir responsabilidades, mas principalmente porque desloca o eixo de preocupações do coletivo para o particular. O que deveria ser objeto de reflexão e mudança - o processo pedagógico - fica mascarado, ocultado pelo diagnosticar e tratar singularizados, uma vez que o "mal" está sempre localizado no aluno. E o fim do processo é a culpabilização da vítima e a persistência de um sistema educacional perverso, com alta eficiência ideológica.

Voltemos a ouvir os professores...

"A OP sugeriu que separássemos os alunos que apresentam dificuldades para aprender para que o psicólogo pudesse fazer o diagnóstico... "

"Tem criança que desde o primeiro mês percebi que não ia. Tem criança doente na classe; tem criança com baixo peso, tem a que não enxerga, tem aquelas que não têm coordenação motora e tudo isto interfere no aprendizado. No começo do ano já tinha alunos que por mais que eu fizesse, por mais que eu me esforçasse, que desse de mim, eles não iam. E vão repetir mesmo. "

"As crianças se interessam em ler, até brigam por causa de livrinhos, mas as lições da lousa, 'separe silabas' ou 'forme frases', levam mais de meia hora para fazer... são muito lentas... "

Com isto, o espaço eminentemente pedagógico da instituição escolar tem-se esvaziado, tem-se tornado vago. Uma instituição social em que seus atores - os profissionais da Educação -, rebaixados na escala social, com salários aviltantes, sentindo-se incapazes, expropriados de seu saber, estão prontos a delegar seu espaço, prontos a submeterem-se a uma nova ordem. O trabalho pedagógico, desqualificado, cede terreno para o trabalho de outros profissionais, estimulados pela necessidade de mercado de trabalho. O espaço escolar, voltado para a aprendizagem, para a normalidade, para o saudável, transforma-se em espaço clínico, voltado para os erros e distúrbios. Sem qualquer melhoria dos índices de fracasso escolar... Porém, se as crianças continuam não aprendendo, a isto agrega-se, em taxas alarmantes, a incorporação da doença... uma doença **inexistente**...

## **Bibliografia**

COLLARES, C. A. L., MOYSÉS, M. A. A. Educação ou saúde? Educação X saúde? Educação e saúde! *Cadernos Cedes*, São Paulo: Cortez/Cedes, n. 15, 1985.

MOYSÉS, M. A. A., LIMA, G. Z. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? *Ande*, n. 5, p. 57, 1982.

MOYSÉS, M. A. A., COLLARES, C. A. L. Sobre alguns preconceitos no cotidiano escolar. In: *Alfabetização: passado, presente, futuro*. São Paulo: FDE, 1993. p. 9-25. (Série Idéias, 19).

\_\_\_\_\_. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos Cedes*, Campinas: Papirus/Cedes, n. 28, 1992.

RYAN, W. *Blaming the victim*. New York: Vintage Books Edition, 1976.